



Reconhecimento de Existência de Repercussão Geral

- [Tema 991](#)

Questão submetida a julgamento: Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 2º, 5º, inc. II, 21, inc. XI, 37, caput, e 175, caput, parágrafo único e incs. I e III, da Constituição da República, a possibilidade de anulação de cláusula de contrato de concessão de serviço público que autoriza a incidência de reajuste de tarifa telefônica em percentual superior ao do índice inflacionário estipulado.

RE 1059819/PE

Data de reconhecimento da existência de repercussão geral: 27/04/2018

- [Tema 992](#)

Questão submetida a julgamento: Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 114, inc. I, da Constituição da República, a competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.

RE 960429/RN

Data de reconhecimento da existência de repercussão geral: 27/04/2018

Julgamento de Mérito

- [Tema 832](#)

Tese firmada: O parlamentar na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso à informação de interesse pessoal ou coletivo nos termos do artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal e da normas de regência deste direito.

RE 865401/MG

Data de julgamento de mérito: 25/04/2018



Julgamento de Mérito

- [Tema 106](#)

Questão submetida a julgamento: Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS.

REsp 1657156/RJ

Data de julgamento de mérito: 25/04/2018

- [Tema 609](#)

Questão submetida a julgamento: Questiona se o art. 55, § 2º, da Lei 8.213/91, que dispensa o pagamento de contribuições previdenciárias para fins de comprovação do tempo de serviço rural anterior à vigência da Lei 8.213/91, estende-se, ou não, ao caso em que o beneficiário pretende utilizar o tempo de serviço para contagem recíproca no regime estatutário, ou se está restrito ao regime geral de previdência.

REsp 1682672/SP

REsp 1682678/SP

REsp 1682682/SP

REsp 1676865/RS

Data de julgamento de mérito: 25/04/2018

- [Tema 766](#)

Questão submetida a julgamento: Legitimidade ad causam do Ministério Público para pleitear, em demandas contendo beneficiários individualizados, tratamento ou medicamento necessário ao tratamento de saúde desses pacientes.

REsp 1681690/SP

REsp 1682836/SP

Data de julgamento de mérito: 25/04/2018

Boletim NUGEP 11/2018

23/04/2018 a 28/04/2018

Acórdão de Mérito Publicado

- [Tema 779](#)

Tese firmada: (a) é ilegal a disciplina de creditamento prevista nas Instruções Normativas da SRF ns. 247/2002 e 404/2004, porquanto compromete a eficácia do sistema de não-cumulatividade da contribuição ao PIS e da COFINS, tal como definido nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003; e (b) o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de terminado item - bem ou serviço - para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo Contribuinte.

REsp 1221170/PR

Data de publicação do acórdão de mérito: 24/04/2018

- [Tema 780](#)

Tese firmada: (a) é ilegal a disciplina de creditamento prevista nas Instruções Normativas da SRF ns. 247/2002 e 404/2004, porquanto compromete a eficácia do sistema de não-cumulatividade da contribuição ao PIS e da COFINS, tal como definido nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003; e (b) o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de terminado item - bem ou serviço - para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo Contribuinte.

REsp 1221170/PR

Data de publicação do acórdão de mérito: 24/04/2018



Acórdão de Mérito Publicado

- [IRDR 10](#)

Tese firmada: Os policiais civis do Estado de Minas Gerais possuem o direito às horas extras, limitadas a 50 horas extraordinárias mensais, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, caso não compensadas, que devem estar devidamente comprovadas.

IRDR 1.0024.13.077602-4/002

Data de publicação do acórdão de mérito: 27/04/2018

Boletim NUGEP 11/2018

23/04/2018 a 28/04/2018

- [IRDR 28](#)

Tese firmada: Admite-se o reconhecimento judicial da progressão horizontal administrativamente inviabilizada em função da omissão estatal quanto à realização da avaliação de desempenho, haja vista a inexistência de identidade de seu suporte fático com o adicional por tempo de serviço ordinariamente concedido.

IRDR 1.0332.14.001772-1/002

Data de publicação do acórdão de mérito: 26/04/2018

Matéria Cível – Direito Privado

Não houve, no período, nenhuma atualização desta matéria em temas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ou dos Tribunais Superiores.

Matéria Criminal



Paradigma Afetado

- [Tema 993](#)

Questão submetida a julgamento: (Im)possibilidade de concessão da prisão domiciliar, como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS.

REsp 1710674/MG

Data de afetação: 23/04/2018

Trânsito em Julgado

- [Tema 983](#)

Tese firmada: Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.

REsp 1643051/MS

REsp 1675874/MS

Data do trânsito em julgado: 19/04/2018